



Roda da Fortuna

Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo
Electronic Journal about Antiquity and Middle Ages

José D'Assunção Barros¹

Crise do Feudalismo: Notas sobre um Debate Clássico da Historiografia Anglo-Americana e Francesa do Século XX

Crisis of Feudalism: Notes about a classical debate of the 20th Century Anglo-
American and French Historiography

Resumo:

A passagem da Idade Média para o período da Idade Moderna tem suscitado da historiografia hipóteses diversas que amparam distintas interpretações sobre o trânsito de um período a outro. Neste artigo, desenvolvemos uma visão panorâmica sobre como as historiografias francesa e anglo-saxônica do século XX abordou esta passagem, a exemplo de algumas discussões polêmicas – como a proporcionada pelas teses de Henri Pirenne – ou de outras, envolvendo debates entre muitos autores, como a polêmica marxista sobre o modo de produção feudal.

Palavras-chave:

Feudalismo; Crise; Idade Média; Idade Moderna; Transição.

Abstract:

The passage from the Middle Ages to the Modern Age period has been approached by different hypotheses from historiography, which support different interpretations of the transit from one period to another. In this article, we develop a panoramic view of how the French and Anglo-Saxon historiographies of the 20th century approached this passage, remembering some controversial discussions – such as that provided by Henri Pirenne's theses – or others, involving debates among many authors, such as the Marxist controversy about the feudal mode of production.

Keywords:

Feudalism; Crisis; Middle Ages; Modern age; Transition.

¹ Professor-Associado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História; Professor-Permanente do Programa de Pós-Graduação em História Comparada na Universidade Federal do Rio de Janeiro; Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense..

1. Introdução

A historiografia do século XX foi particularmente atraída, entre as temáticas relacionadas à Idade Média, pelos estudos da passagem. De um lado a passagem da Antiguidade romana unificada pelo Império a um mundo medieval fundado em uma Europa politicamente dividida; de outro, a passagem, já no final do período medieval, para a modernidade. É em torno deste último aspecto que entreteremos o presente artigo, o qual consiste de um confronto historiográfico de algumas posições em torno da crise do feudalismo. O recorte escolhido corresponde às historiografias de língua inglesa e francesa, considerando tanto obras de historiadores como de economistas voltados para os estudos de história econômica.

Conforme veremos mais adiante, a historiografia britânica – notadamente a de vínculos marxistas – interessou-se pelo tema em atenção à sua potencialidade para aprofundar a reflexão sobre a passagem de um modo de produção a outro, neste caso do chamado modo de produção feudal ao modo de produção capitalista em formação. A discussão sobre a transição, em uma rica polêmica que ali se estabeleceu entre os historiadores e economistas ligados ao paradigma materialista histórico, foi particularmente atenta ao objetivo de dar a perceber com maior clareza quais fatores teriam regido, neste caso, a passagem de um modo de produção a outro. Seriam fatores externos ou internos ao próprio sistema? É interessante salientar o fato de que o ponto de partida da polêmica tenha se originado de uma discussão inicial entre economistas marxistas, como Maurice Dobb nos anos 1950, e só mais tarde, nas duas décadas seguintes, tenha engajado mais profundamente os historiadores ingleses ligados ao partido comunista daquele país, como Ronald Hilton e outros. Além disso, na mesma época em que o economista Maurice Dobb lançou suas teses explicativas sobre a transição do feudalismo para a modernidade, Paul Sweezy – um economista americano também marxista – opôs-lhe sua própria interpretação, queixando-se de que Dobb apenas formulara uma teoria ainda abstrata, carente de empirismo historiográfico. Para tal, como veremos adiante, Sweezy evoca em seu apoio as pesquisas de um historiador de língua francesa, o belga Henri Pirenne, que nos anos 1920 inspirara as primeiras polêmicas sobre as transições de entrada e saída da medievalidade. Por isso, nossa discussão começará relembando as propostas interpretativas de Henri Pirenne.

Por sinal, Henri Pirenne, por uma via inteiramente distinta – e agora como modelo mais geral de historiador – foi também um inspirador do célebre movimento historiográfico francês que ficou conhecido como Escola dos Annales. Conforme veremos em uma seção deste artigo, a terceira geração deste movimento, já a partir dos anos 1970, também se interessou bastante pelo tema da transição entre medievalidade e modernidade. Sintomaticamente, veremos que se retoma aqui, nos estudiosos da transição ligados a essa geração de historiadores franceses – ou da chamada *Nouvelle Histoire* – a tendência dos primeiros Annales a considerar sempre

uma pluralidade de aspectos, da economia e demografia aos fatores culturais. Alguns podem mesmo isolar como aspecto explicativo central este ou aquele fator; mas, de todo modo, pode-se dizer que os historiadores da Nouvelle Histoire, no conjunto, preocuparam-se em iluminar a questão a partir de um conjunto diversificado de hipóteses: econômicas, demográficas, culturais, ligadas às mentalidades, e assim por diante. Um contraste entre o grupo marxista anglo-americano e os medievalistas da Nouvelle Histoire deixa claro a preocupação dos primeiros em validar todo um sistema teórico explicativo que é o do Materialismo Histórico – preocupação que já não existe entre os annalistas, já que estes não sustentam um paradigma teórico em comum:

2. Pirenne e o fator comércio

A primeira grande série de polêmicas do início do século XX a partir de um modelo de análise da transição da Idade Média feudal para a Idade Moderna surge com alguns impactantes artigos escritos pelo historiador belga Henri Pirenne (1862-1935), em 1922². Pirenne, por esta mesma época, também há havia se celebrizado por ter provocado uma outra polêmica, mas que não interessará, senão lateralmente, para a questão que estamos presentemente analisando. Sua tese sobre *Maomé e Carlos Magno* procurava mostrar que a expansão islâmica, através da qual os árabes passaram a controlar o Mediterrâneo, era o reverso da emergência do Império Carolíngio³. O deslocamento do eixo político e econômico do ocidente cristão para o centro do continente, nesta tese proposta por Pirenne, contrastava com o que ocorrera durante toda a Antiguidade e durante a primeira Idade Média, até o século VIII, quando ainda teria existido uma unidade mediterrânica na Europa em termos de possibilidades de uma circulação comercial através deste que um dia fora o *Mare Nostrum* do Império Romano. Desta forma, a ruptura efetiva com o mundo romano, para Pirenne, teria ocorrido não nos séculos IV e V, com as interpenetrações germânicas, e sim no século VIII, com o fechamento do comércio mediterrânico que se desdobrou da ascensão do Islã. A tese do “fechamento do Mediterrâneo” foi muito aplaudida no primeiro momento, e depois criticada por todos os lados. De

² Além das teses que mencionaremos nesta seção, é importante lembrar que Pirenne também preconizou, com um pioneirismo que remonta a uma conferência de 1923, a formação de um novo campo de estudos que breve daria origem à modalidade historiográfica que ficaria conhecida como História Comparada. O famoso estudo de Bloch sobre *Os Reis Taumaturgos*, de 1924, foi aliás resultado desta sugestão de Pirenne. De igual maneira, *A História da Europa: do final do império romano aos primórdios das nações ocidentais*, (publicada em 1936), foi produto dessa mesma motivação comparativista e do desenvolvimento da reflexão crítica de Pirenne sobre o nacionalismo germânico no período em que esteve preso em um campo de concentração alemão (1916-1918). Além disso, a *História da Bélgica*, publicada por Pirenne em 1907, também foi reconhecida como um trabalho importante. / Sobre Pirenne, ver BROWN, 1976.

³ *Maomé e Carlos Magno* foi publicado postumamente, em 1937. Contudo, baseava-se em um artigo originalmente publicado, em 1922, na *Revista Belga de Filologia e História*.

todo modo, um dos méritos indiscutíveis de Henri Pirenne foi o de ter abordado a História da Idade Média atribuindo um papel central à análise econômica.

Entrementes, esta polémica iniciada por Pirenne refere-se, evidentemente, às origens da Idade Média, e não nos interessa neste momento senão para destacar o papel privilegiado que esse historiador passava a atribuir ao mercado para a compreensão da História Medieval. O que nos interessará de Pirenne para a discussão mais específica sobre a transição do Feudalismo para o mundo moderno é uma outra de suas teses, também enunciada em 1922 na *Revue Belge de Philologie et Histoire* e publicada na sua forma definitiva em 1935. A tese está incluída nos últimos capítulos da obra de Pirenne intitulada *Historia da Europa, desde as invasões ao século XVI* (original: 1936). A idéia central na qual se funda esta proposição que adquire notável repercussão no entreguerras, atraindo tanto a atenção de outros historiadores, era a de que o surgimento de uma economia de mercado a partir dos séculos XI e XII havia atuado em oposição revolucionária ao regime feudal. O modelo, portanto, apresenta um esquema dual que faz contrastar o mundo dos mercadores ao mundo feudal por excelência, e seria esse mundo inserido como enclave no interior da feudalidade que teria promovido gradualmente a sua dissolução, a qual já se torna explícita nos séculos XIV e XV.

As teses de Pirenne, trazendo o ‘mercado’ para o centro das questões que teriam presidido o desaparecimento do sistema feudal – da mesma forma que as próprias origens da singularidade medieval estariam associadas às profundas mudanças introduzidas pela expansão islâmica na redefinição do comércio europeu – seriam tomadas também como ponto de polémica para outro circuito de discussões sobre a *Transição do Feudalismo para o Capitalismo*, empreendido por autores ligados ao paradigma historiográfico do materialismo histórico.

3. A polémica marxista sobre o Modo de Produção Feudal: O Debate Dobb-Sweezy

Foi no final dos anos 40 e na primeira metade da década de 1950 que se estabeleceu uma interessante polémica sobre o Feudalismo que ficaria registrada como um capítulo importante na história da historiografia sobre a passagem da Idade Média à modernidade. A polémica envolveu predominantemente autores marxistas da Inglaterra, mas também de outros países, como Austrália e EUA. Os autores em debate se ocuparam de discutir os aspectos teóricos daquilo a que se referiam como Modo de Produção Feudal, bem como os aspectos teóricos envolvidos na transição deste modo de produção para um outro, o Modo de Produção Capitalista em formação. O ponto de partida da polémica foi a obra elaborada por Maurice Dobb em 1946 com o título *Studies in the development of Capitalism* (1946), e a polémica tomou a forma de uma rede de “réplicas” e

“comentários” publicados em artigos em algumas revistas especializadas como a *Economic History Review* e a *Science and Society*. Recuperaremos, desta polêmica, alguns aspectos que interessam para compreender o debate sobre a crise dos séculos XIV e XV, vista por estes autores como a crise da passagem de um regime a outro.

No que tange à superação do sistema feudal em fins da Idade Média, Maurice Dobb (1900-1976)⁴ envidou esforços para rediscutir o fato de que – em que pese o papel considerável do desenvolvimento comercial para as mudanças marcantes de fins da Idade Média – deveria haver outros fatores ainda mais importantes para a desintegração do sistema feudal.

Dobb situa o problema da crise do feudalismo em termos de uma “crise de superexploração de mão de obra”, gerando as conseqüentes resistências camponesas e acirrando a “luta de classes”. Teria sido uma escalada contínua de exploração a partir do século XI o que teria provocado deserções de trabalhadores e revoltas camponesas cumulativas, dessa maneira produzindo um colapso na velha ordem. A explicação da crise estaria aqui associada a uma combinação de dois fatores: a ineficiência do feudalismo como sistema de produção e as crescentes necessidades de receitas da classe dominante, levando-as a superexplorar os trabalhadores. O crescimento das necessidades de receitas das classes dominantes, como acentua Dobb, decorriam de fatores diversos, indo desde a crescente multiplicação dos dependentes nobres até as necessidades de “extravagâncias das famílias nobres, com suas festas suntuosas e pompas dispendiosas, a competir com o culto da magnificência” (DOBB, 1964, p.45).

Como resultado da superexploração, vinha a resistência camponesa sob a forma de deserções em massa ou mesmo de revoltas contra a classe senhorial. Estamos aqui nos movimentando, como pode ser visto, no âmbito de uma perspectiva teórica bem centrada na ideia de “luta de classes”. Para repor a mão-de-obra – o que nem sempre foi conseguido através das tentativas, por vezes desesperadas, de fixar o trabalhador à terra através de uma legislação repressiva que passa a ser imposta com o apoio dos governos de cada país – a classe dominante feudal teria sido levada, por fim, a adotar novos expedientes, como o arrendamento de terras dominiais a locatários.

⁴ Maurice Dobb, economista marxista inglês, atuou na Universidade de Cambridge entre os anos 1924 e 1976. Ao lado de sua atuação como escritor e economista, a partir de 1920 tornou-se membro do recém-fundado Partido Comunista da Grã-bretanha. Além da notória polêmica contra Sweezy, Maurice Dobb tinha um interesse especial na experiência soviética, publicando já em 1928 o livro *Desenvolvimento Econômico Russo desde a Revolução* (1928). Logo participaria das discussões sobre como deveria ser conduzida a economia em uma sociedade comunista, ficando bem conhecida a sua obra *Teoria Econômica e problemas para uma Economia Socialista* (1933), e mais tarde os livros *Sobre Teoria Econômica e Socialismo* (1955) e *Planificação Socialista: alguns problemas* (1970). De modo geral, os trabalhos de Dobb sobre o confronto contemporâneo entre o capitalismo euro-americano e o socialismo em formação, na União Soviética, revelam uma preocupação particular em teorizar sobre o papel dos efeitos externos no Mercado.

Kosminsky, que discutiria em outra oportunidade a questão da ultrapassagem do feudalismo (1955) – também concordava com esta proposição de Dobb⁵. Paul Sweezy (1910-2004), contudo, empenha-se em polemizar contra estes dois autores recolocando o comércio em uma posição de centralidade relativamente à crise feudal. Invoca para tal, como base empírica para sua argumentação, precisamente os já mencionados trabalhos de Pirenne das décadas anteriores⁶. A idéia do comércio como um fator que se abate sobre o sistema feudal – um fator, nesse caso, vindo de fora – aparece, por exemplo, na explicação de Sweezy para o crescimento das necessidades de extravagância da classe nobre, levando-a a necessitar de rendimentos crescentes. Enquanto Dobb considera que estas extravagâncias se deviam a causas internas do sistema feudal, Sweezy sustenta que teria sido o desenvolvimento do comércio que permitira que se colocasse uma maior quantidade e variedade de produtos à disposição dos nobres, motivando-os a adquiri-los e a ampliar o seu desejo de extravagância como meio de reforçar o seu prestígio social de uns frente aos outros.

A questão da crescente ‘fuga de servos’ das propriedades senhoriais, como fator de desagregação do sistema feudal, também opõe Dobb e Sweezy na explicação que cada um deles dá a esse fenômeno que se intensifica no século XIV. Dobb, mostra-se sempre interessado em fazer a crise derivar do próprio sistema feudal. Sua fórmula assevera que o sistema teria produzido uma crescente necessidade de receitas, e em vista disso teria se intensificado a opressão senhorial acarretando na ocorrência cada vez maior de fugas de servos. Sweezy, ao contrário, associa a ocorrência crescente de fugas de servos a uma motivação externa, fazendo notar que o fenômeno ocorre simultaneamente com o crescimento das cidades, particularmente nos séculos XII e XIII (SWEEZY, 1976, p.39). Seriam as promessas de liberdade e as oportunidades de emprego e nova vida trazidas pelas cidades que teriam funcionado como potentes ímãs para a população rural oprimida.

⁵ E. A. Kosminsky desenvolveu mais especificamente estudos sobre os camponeses da Idade Média européia, e particularmente da Inglaterra, sendo um dos primeiros responsáveis por enfatizar a não-homogeneidade do campesinato, além de estudar novas modificações no campesinato a partir do século XIII. Foi um dos autores mais importantes sobre a história agrária medieval desde 1931, com um artigo importante intitulado “The Hundred Rolls of 1279–80 as a Source of English Agrarian History” (Economic History Review, 1931), e até a publicação, em 1956, de seu livro *Estudos sobre a História Agrária na Inglaterra do século XIII*. De suas análises valeu-se mais tarde Ronald Hilton, que as aprofundou, inclusive no que concerne à atenção à não-homogeneidade do campesinato medieval. A principal síntese das contribuições de Kosminsky para o tema da ultrapassagem do feudalismo está no artigo “Evolution of Feudal Rent in England from the 11th to the 15th centuries”, publicado em 1955 na revista *Past and Present*.

⁶ Paul Malor Sweezy (1910-2004) foi um dos mais importantes economistas estadunidenses ligados à perspectiva do Materialismo Histórico. Dividiu a sua formação como economista entre a London School of Economics e a Universidade de Harvard, tendo sido, nessa última universidade, orientado pelo economista austríaco Peter Schumpeter (1883-1950). Fundou, com Leo Huberman (1903-1968), a *Monthly Review*, revista que se tornou base para a formação de uma escola marxista de mesmo nome (tal como o próprio Sweezy a chamava). Alguns também se referem ao grupo de Sweezy como “neo-marxistas”. A primeira obra de Sweezy foi a *Teoria do Desenvolvimento Capitalista* (1942).

4. Uma pesquisa na Historiografia francesa: Georges Duby

Na historiografia francesa, seria oportuno iluminar a questão da transição dos séculos XIV-XV a partir das pesquisas de Georges Duby (1919-1996) em torno da região do Mâconais, e de seu trabalho mais abrangente sobre a *Economia Rural e Vida no Campo no Ocidente Medieval* (1962)⁷. Para a questão que nos interessa, é bastante oportuna a análise desenvolvida por Duby acerca da expansão feudal e seu esgotamento em fins do século XIII, anunciando a partir daí um novo período. A relação dinâmica entre o homem e o espaço, nesta análise de George Duby, desempenha um papel crucial. De igual maneira, as conquistas técnicas e tecnológicas, que permitem aos homens medievais uma maior apropriação de todas as potencialidades deste espaço, constituem o fator complementar. A conquista extensiva e intensiva do espaço de produção – é disto essencialmente que trata Duby em sua construção de um modelo interpretativa que tanto esclarece a expansão feudal como o seu arrefecimento.

Observa Duby que o que havia acompanhado a implantação do sistema feudal fora precisamente uma série de expansões no mundo rural, sob a forma de arroteamento e conquista de terras incultas, em três vagas distintas. Por volta do ano mil, embora mais dificilmente documentado, teria se dado início a um alargamento de aldeias a partir das franjas das florestas, possivelmente motivado pelos próprios camponeses. A partir da segunda metade do século XII, quando a documentação já se torna mais abrangente, documenta-se claramente uma vaga de arroteamentos por iniciativa dos senhores. Estas duas primeiras vagas teriam correspondido a um mundo feudal em expansão, e ainda poder-se-ia identificar uma terceira vaga a partir de 1225 (Duby, 1978 [vol. I], p.111) caracterizada pelo surgimento de povoados dispersos, sob a forma de habitações isoladas erguidas por migrantes que aceitam trabalhar para os senhores que detinham o controle das terras ainda disponíveis. Esta terceira vaga já se insere em um contexto distinto das duas anteriores. A terra é mais rara, e a expansão está atingindo seu termo.

O que distingue estes dois momentos, o das duas primeiras vagas de arroteamentos em um contexto de expansão feudal e o da terceira vaga, na qual são conquistados os últimos terrenos disponíveis, é que no primeiro caso a condição

⁷ Georges Duby (1919-1996) foi um dos mais importantes historiadores franceses ligados à chamada terceira geração dos Annales, se aqui utilizarmos este conceito proposto por alguns dos historiadores da *Novelle Histoire* e também por Peter Burke, no pequeno livro em que historia o movimento (BURKE, 1990). Além de importantes obras iniciais sobre história econômica e social da Idade Média – com livros como *Economia Rural no Ocidente Medieval* (1962) e *Guerreiros e Camponeses* (1973) – Duby tende nas últimas fases de sua produção a estudos sobre cultura, mentalidades e imaginário, em obras como *O Tempo das Catedrais* (1976) ou *As Três Ordens – o Imaginário do Feudalismo* (1978). Nos últimos anos de vida, dedica-se ao estudo da história das mulheres na Idade Média, concretizado pela publicação dos três volumes de *Damas do século XII* (1995-1996).

dos camponeses melhora sensivelmente em relação à que vinha caracterizando a Idade Média desde o período carolíngio – dá-se, para utilizar as palavras de Duby, uma descompressão das imposições senhoriais (DUBY, 1978 [vol.I], p.151). Já no segundo momento, em um contexto onde a terra torna-se mais rara, para obter dos senhores o direito de instalação, os trabalhadores agrícolas tiveram de se submeter a pesadas taxas senhoriais. A condição do camponês irá logo decrescer de novo. Na segunda metade do século XIII, é oportuno perceber, surgem diversos manuais agrícolas precisamente porque precisa haver uma grande preocupação com o aproveitamento possível de uma terra que já começa a rarear, e verifica-se cada vez mais a implantação do sistema trienal em substituição de outros sistemas que permitiam manter a terra em grandes pousios⁸. Tudo isto é sintoma de que algo mudou. O mundo rural esgotou suas possibilidades de expansão através da conquista de terras incultas. Torna-se mais fechado, apesar de uma população que viera se desenvolvendo num grande crescendo a partir do século XI.

Neste ponto, seria interessante comparar estas observações de Georges Duby sobre a economia rural com as hipóteses desenvolvidas por Pierre Chaunu (1923-2009) de que, nas proximidades do século XIV, assistiremos à crise de um mundo superpovoado no qual os espaços se fecharam (CHAUNU, 1993, p.46), ocorrendo adicionalmente uma inversão de tendência climática que trará no século XIV uma maior multiplicação de anos frios e úmidos. Esta é a base de um novo quadro que, segundo as reflexões de Chaunu em *O Tempo das Reformas* (1975), irá prenunciar um século onde ocorrerão as grandes fomes, em 1315-1317, em 1340-1350, em 1374-1375 (CHAUNU, 1993, p.46). A base da crise dos séculos XIV e XV seria, portanto, esta.

5. Perry Anderson: críticas à interpretação de Georges Duby

Para discutir possíveis críticas às análises de Georges Duby sobre a crise rural de transição para o século XIV, vale registrar a posição de **Perry Anderson** (nasc. 1938) relativamente às análises do historiador francês. De acordo com Perry Anderson – outro historiador inglês diretamente ligado ao paradigma do materialismo histórico⁹ – em “Les Sociétés Médiévales: Une approche d’Ensemble” [1971], Duby teria relativizado a idéia de uma crise geral, ou mesmo a minimizado

⁸ O pousio é o descanso que se dá à terra a ser cultivada, interrompendo a cultura por um ou mais anos, de modo a evitar que a terra se esgote no que concerne à sua capacidade de fecundidade.

⁹ Perry Anderson (nasc.1938) é um dos mais importantes historiadores ingleses marxistas da atualidade, tendo sido um dos fundadores da revista *New Left*. Entre inúmeros interesses de estudo, dedicou-se a uma compreensão das transições entre as grandes épocas, como em *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo* (1974) e *Origens da Pós-Modernidade* (1998). Um de seus clássicos é *Linhas do Estado Absolutista* (1974). Também se dedicou a obras de análise historiográfica, particularmente relacionadas ao marxismo, como *Considerações sobre o Marxismo Ocidental* (1976)

“como uma ficção romântica” – para retomarmos aqui as palavras de Perry Anderson – ao registrar um progresso considerável em alguns setores, notadamente um progresso cultural e urbano nos últimos séculos da Idade Média.

Referindo-se a esta posição, Perry Anderson observa em *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo* [1974] que o conceito de crise não deve ser confundido com o conceito de “retrogressão”. Para Anderson teria havido um “emperramento” dos mecanismos de reprodução do ‘sistema feudal’ até o ponto das suas capacitações básicas, e o historiador inglês observa que “o limitado surgimento de novas relações e forças de produção era na verdade compatível não apenas com a depressão de meados do século XIV, mas muitas vezes era um aspecto integral dela, especialmente nas cidades”. Desta maneira, a análise da crise do feudalismo proposta por Perry Anderson é colocada em termos de uma “crise agrária” ocasionada pelo esgotamento das possibilidades de exploração do solo diante de uma população que havia crescido e que agora enfrentava os seus limites de expansão espacial e de aproveitamento intensivo da terra. Nestes aspectos, na verdade, não existe nenhuma discordância entre a avaliação de Perry Anderson e as pesquisas de Georges Duby. Para além disto, uma barreira tecnológica havia sido atingida na Agricultura, e agora a exploração se tornava inviável ou deletéria. Neste quadro precário, colheitas insuficientes poderiam provocar verdadeiras fomes, como as que aconteceram na Europa entre 1315 e 1316.

Dentro do referencial marxista, a tese desenvolvida por Perry Anderson registra, para o período de transição da Idade Média à Idade Moderna, uma crise nas ‘forças de produção’ dentro do quadro das ‘relações de produção’ dominantes. Do ponto de vista de base de evidências, a tese de Perry Anderson é amparada nos dados que haviam sido trazidos pelos estudos das décadas anteriores à elaboração de seu ensaio, como os artigos e livros de M. M. Postan (1899-1981) sobre a Economia Medieval.

6. Outras teorias da transição: Pierre Chaunu, Postan e Perroy

Pierre Chaunu (1923-2009) apresenta uma teoria sobre a transição dos séculos XIV e XV que procura enfatizar simultaneamente aquilo que ele chama de sucessos e de fracassos¹⁰. Os fracassos do século XIV estariam relacionados à crise de um

¹⁰ Pierre Chaunu (1923-2009), historiador francês atuante entre as segunda e terceira gerações dos Annales, possui uma vasta obra que integra interesses distintos. Especializou-se tanto na História da América Espanhola, como na história religiosa da França no Antigo Regime. Ao mesmo tempo, escreveu obras que se estendem a um recorte mais amplo em direção ao passado, como em *A Expansão da Europa do século XIII ao XV* (1969) ou em *O Tempo das Reformas* (1975), na qual examina o período feudal e sua transição para o período moderno, com vistas a uma história das religiosidades. Foi um autor igualmente importante para as questões metodológicas, notadamente em ensaios como *História Quantitativa, História Serial* (1978) ou em suas pesquisas sobre A História Demográfica (*Un futur sens avenir: Histoire et Population*, 1979).

mundo superpovoado que havia se tornado fechado, após um período de expansão que teria proporcionado um mundo de espaços abertos aos homens de todo um período que se estende do século XI ao século XIII. À época das grandes vagas de arroteamentos se sucederia uma época em que a terra é mais rara, mais disputada. Este novo mundo do século XIV havia assim ultrapassado o seu *optimum* de povoamento, precisamente no momento em que uma mudança climática – marcada pela ocorrência cada vez maior de dias frios e úmidos no ano – teria tornado mais sensível uma sobrecarga demográfica momentânea. As grandes fomes de 1315-1316, e a Peste em 1348, na verdade se abate sobre esta população que está além do seu *optimum*. A Peste Negra, para Chaunu, um acontecimento de extrema relevância, de acordo com a análise de Chaunu (CHAUNU, 1993, p.48), embora não o único fator ou sequer o momento fundador de uma fase de crise. Contudo, Chaunu é crítico das simplificações neo-malthusianas de historiadores como Michael Postan, que quase indicam a Peste de 1348 como uma espécie de punição para o superpovoamento (POSTAN, 1941)¹¹. A análise de Chaunu é sofisticada, examina desde as mudanças de sensibilidade e mentalidades provocadas pelas calamidades do século XIV, até modificações culturais que remetem a momentos bem anteriores, como a crise escolástica dos anos 1370. Por outro lado, Chaunu também ressalta que o século XIV é igualmente um século de sucessos, com progressos técnicos, construções fora dos âmbitos tradicionais, e novas estruturas de sociabilidade como o capitalismo comercial e o Estado que vai se tornando eficazmente centralizado (CHAUNU, 1993, p.103).

De volta ao âmbito econômico, temos ainda um desenvolvimento especial de reflexões voltadas para o estudo da primeira metade do século XIV como fase negativa de um grande ciclo. Edouard Perroy (1901-1974)¹² – em um artigo intitulado “Les Crises du XIV siècle” (1949) – foi um dos primeiros historiadores a mostrar, com maior precisão e apoio na documentação, a mudança entre uma tendência de longa duração que havia sido “positiva”, e que correspondera ao período situado entre o início do século XI e fins do século XIII – e uma tendência econômica negativa que se afirmará a partir das primeiras décadas do século XIV e até 1450, quando começa a haver nova recuperação. Os anos 1315 e 1370 – assinalados pelo encadeamento de crises cerealíferas, monetárias e demográficas – corresponde neste contexto a uma espécie de período de inflexão, a uma primeira fase de transição à qual se sucederá um período já consolidado com características

¹¹ Edward Postan (1899-1981) foi um importante historiador econômico, cedo se definindo por uma posição anticomunista. Começa sua carreira autoral com o livro *Estudos sobre o Comércio Inglês no século XV* (1933), em co-autoria com sua esposa, a historiadora Eileen Power (1889-1940). Depois de algumas obras sobre a Indústria Bélica, e de um estudo sobre a *História Econômica da Europa Ocidental entre 1945 e 1964* (1967), passa a se dedicar aos estudos sobre a economia medieval, como na obra *Economia e Sociedade Medieval: História Econômica da Grã-Bretanha* (1972) e os *Ensaios sobre a Agricultura Medieval e problemas gerais de Economia Medieval* (1973). Também foi autor de uma obra metodológica importante: o *Ensaio sobre o Método Histórico* (1971).

¹² Edouard Perroy (1901-1904) foi historiador e professor de história medieval na Universidade de Paris – I (Sorbonne), entre 1950 e 1971.

econômicas bem distintas e repercussões sociais que se expressam em termos de conflitos sociais e de empobrecimento de amplos setores da população rural e urbana. A explicação para esta crise envolve aspectos complexos conforme as hipóteses apresentadas pelos diversos historiadores.

7. Aspectos da Crise – e seus cuidados teórico-metodológicos

Para além dos grandes modelos dirigidos a uma teoria da transição da Idade Média para o que já se pode chamar de uma Idade Moderna, os historiadores também têm dedicado uma atenção importante direcionada a aspectos específicos da Crise dos séculos XIV e XV. Ao lado das impactantes questões políticas que fragmentam a unidade eclesiástica no Grande Cisma e na proliferação de inúmeras correntes heréticas, ou da decisiva imposição das unidades monárquicas que terminarão por soterrar os antigos projetos universalistas do Império e do Papado e que já no século XIV começam a se enfrentar em impressionantes conflitos como o da *Guerra dos Cem Anos*, talvez os eventos que chamam atenção de maneira mais espontânea, dada a sua dramaticidade, sejam os das grandes fomes de 1315-1317 e o da Peste Negra ocorrida entre 1347 e 1348.

A primeira observação a se fazer no intuito de avaliar a produção existente sobre o assunto, e os aspectos teórico-metodológicos nela envolvidos, refere-se à necessidade de superar as grandes generalizações que se proponham a elaborar um quadro válido para absolutamente toda a Europa. Assim, para uma Europa que corresponde a quadros climáticos e a aspectos geográficos bastantes diferenciados, necessariamente irão se produzir situações diversas diante das grandes crises na produção alimentar, na demografia, ou na monetarização.

Comentando um dos trabalhos mais importantes do início do século relativo às calamidades da primeira metade do século XIV – mais especificamente um artigo de H. S. Lucas escrito para a revista *Speculum* sobre “As Grandes Fomes de 1315, 1316 e 1317” (1930) – o historiador Philippe Wolff (1913-2001) observa precisamente que o autor havia estabelecido desaconselháveis generalizações para um quadro que provavelmente só poderia corresponder ao Norte da França, Países Baixos e Inglaterra (WOLFF, 1998, p.8). Wolff ressalta que para um estudo deste porte seria preciso, antes de mais, considerar pelo menos três zonas climáticas européias – sem considerar as montanhas. Assim, o ambiente climático e a própria geografia impõem necessariamente singularidades determinantes às grandes regiões “atlântica” e “mediterrânea”, e àquela que Wolff denominou uma região “continental”, de modo que seria impossível que as condições meteorológicas

fossem muito desfavoráveis nestas três regiões ao mesmo tempo (WOLFF, 1998, p.8)¹³.

Há estudos de regiões específicas que demonstram esta variedade. Georges Duby, em sua obra sobre *Economia Rural e Vida no Campo no Ocidente Medieval*, cita o caso do Tirol, no norte da Itália, onde se calcula que a população tenha se elevado de cerca de uma metade entre 1312 e 1427 (DUBY, 1978, v.2, p.169), mostrando-se, portanto, alheia à crise. E regiões distintas mostraram diferentes graus de recuperação, contrariando a tendência mais geral. CIPOLLA, em seu estudo sobre *A Economia Milanese entre 1350 e 1500*, apresenta o caso do Brabante setentrional, cujos documentos de recenseamento mostram o aumento do número de “fogos” (lares recenseáveis) entre o último quartel do século XIV e a primeira metade do século XV, portanto antes deste novo ponto de inflexão onde começa a se notar uma recuperação mais geral em boa parte das demais regiões europeias (CIPOLLA, 1957). Estes e outros exemplos são importantes porque atestam a variedade possível, mesmo que dentro de um predomínio mais geral para a tendência depressiva, e também a necessidade de considerar as especificidades locais.

Em vista do que se disse, um primeiro parâmetro para o historiador que pretende se aprofundar nos estudos da crise refere-se precisamente à necessidade de se considerar muito atentamente o jogo de espacialidades e condições naturais, ultrapassando para tal a noção de Europa que por vezes se impõe com tanta força ao imaginário historiográfico. É verdade que a idéia de “Europa”, ainda que de maneira vaga, já pode ser vista aqui e ali enunciada em algumas fontes medievais mais esparsas, e Jean Favier, em seu livro sobre *Carlos Magno* (FAVIER, 1999, p.511), faz-nos notar uma primeira explicitação desta noção em um longo poema de Angilberto que qualificará o Imperador franco de “rei e pai da Europa”. Mas o que se tem efetivamente com a idéia de uma Europa que possa ser vista como uma unidade, tanto ao nível de eventuais fontes como das suas análises historiográficas, é em todos os casos uma abstração que se liga ao âmbito político. O historiador que se aproxima do estudo das crises alimentares da primeira metade do século XIV, ocasionadas pela combinação de fatores diversos como o esfriamento geral do clima no hemisfério norte e a “crise de um mundo superpovoado”, para utilizar aqui uma expressão de Pierre Chaunu (CHAUNU, 1993, p.234) – deve estar preparado para ultrapassar neste caso a abstração da Europa, no sentido de observar a sua diversidade.

Existe ainda um cuidado teórico-metodológico importante que deve amparar as análises historiográficas destes processos, e que se refere ao vocabulário – tanto ao nível das fontes, como das análises historiográficas. Um exemplo importante,

¹³ Philippe Wolf (1913-2001), historiador francês e professor na Universidade de Toulouse desde 1953, foi um dos pioneiros nos estudos de História Urbana medieval, já a partir de sua tese defendida em 1952: *Comércio e Mercadores em Toulouse* (1350-1450). Foi também um especialista em história regional com obras diversas, como a *História de Toulouse* (1958) e outros estudos sobre esta mesma região.

também lembrado por Wolff, é o da diferença entre “penúria” e “fome”. Embora ambas impliquem em carência alimentar, falamos em “fome” – no sentido coletivo que esta expressão adquire quando são mencionadas as grandes fomes do século XIV – precisamente quando a morte é o resultado mais imediato (WOLFF, 1988, p.8).

De modo geral, problemas como os de generalizações e simplificações indevidas ou o da necessidade de maior precisão vocabular através das fontes, requerendo a atenção do historiador para as especificidades locais, começaram a ser enfrentados com maior segurança pelos historiadores à medida que se multiplicaram os estudos regionais. As especificidades começaram a aparecer precisamente através de estudos como o de Maurice Berthe sobre as *Fomes e Epidemias nos campos de Navarra ao Fim da Idade Média* (1984), que passavam a enfrentar o desafio de examinar grandes massas de fontes que se tornam disponíveis aos historiadores graças à presença de uma fiscalidade territorial mais presente em várias regiões da Europa, ou então de análises de casos específicos que lançavam mão de análises de discursos com vistas à percepção das sensibilidades que afloraram diante das crises do século XIV, como é o caso de Elisabeth Carpentier, que em *Uma cidade diante da Peste* (1962) traça um vivo quadro da reação coletiva à Peste de 1348 na cidade italiana de Oviato¹⁴.

A abundância de fontes que aparece relativamente ao período que se inicia com a segunda metade do século XIV, particularmente quando a comparamos com a disponibilidade de fontes para períodos anteriores, constituem aliás simultaneamente uma riqueza e um problema a ser enfrentado pelos historiadores. É Georges Duby quem chama atenção, no seu já mencionado estudo sobre a *Economia Rural e Vida no Campo no Ocidente Medieval* (1962), para as implicações da evidência de que os documentos sobre a vida no campo deste período são consideravelmente mais numerosos nos arquivos da Europa ocidental do que aqueles de que dispõem os historiadores para épocas anteriores (DUBY, 1978 [vol.2], p.157). É precisamente esta abundância que, um tanto paradoxalmente, dificulta as vias de investigação, e que, para retomar as palavras de Duby, “impõem técnicas de pesquisa particulares, recurso a sondagens, à escolha de amostras” (DUBY, 1978 [vol.2], p.157)

A escolha de uma região específica, de um universo de fontes bem definido, e de um aspecto mais específico da crise não deve contribuir, por outro lado, para que se passe ao largo da evidência de que a realidade histórica, particularmente nestes períodos de crise, deve estar atenta à reciprocidade e interinfluência de diversos fatores. Em uma palavra, à atenção que já foi discutida para as variedades regionais, deve-se acrescentar a atenção a um exame problematizado e complexo da crise. Em

¹⁴ Nesta obra, a autora utiliza uma fonte intitulada *Discurso Histórico*, a qual traça um vivo quadro da peste de 1348 em uma cidade italiana.

duas palavras, que tomamos emprestadas a Philippe Wolff, existem aqui duas noções a se conservar: a complexidade dos problemas e a diversidade das regiões (WOLFF, 1988, p.63). Para citar ainda uma contribuição deste autor ao conjunto de trabalhos historiográficos e posicionamentos teóricos diante da Crise dos séculos XIV e XV, deveremos ter ainda em conta que uma crise é sempre a preparação para um novo momento, e assim também ocorre na História. Este posicionamento historiográfico expressa-se no próprio título que Wolff dá a seu estudo sobre a Crise dos séculos XIV e XV – um título que é simplesmente uma indagação não para ser respondida, mas sim para ser percebida e compreendida na sua complexidade: “Outono da Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos?” (WOLFF, 1988).

Por fim, os debates historiográficos sobre a transição têm implicado na necessidade de avaliar o conjunto de fatores que permite que se chegue à crise do século XIV, mas que na verdade remetem a períodos anteriores. Neste sentido, um posicionamento importante é compreender que a crise não ocorre como se fosse um raio que cai de um céu sem nuvens, e sim que ela tem antecedentes, prenúncios, fatores que se combinam para produzi-la a seu tempo. A maior parte dos historiadores têm situado no século XIII alguns dos elementos mais significativos que preparam seja a crise do século XIV propriamente dita, seja o advento de transformações sociais importantes como a emergência de monarquias já no sentido moderno de centralização estatal. Assim, Pierre Chaunu, em seu livro sobre *A Expansão Européia do século XIII ao XV* (1969), dedica um capítulo a demonstrar que “tudo começa no século XIII” (1978, p.36). Aponta desde mudanças políticas como a imposição da *Hispania Christiana*, até a “transformação radical do horizonte filosófico, passando pela demografia.

8. Considerações Finais

O artigo de revisão bibliográfica que foi aqui elaborado visou apenas recuperar um debate importante, já clássico, que permeou a historiografia anglo-americana e francesa do século XX, sendo que enfatizamos alguns momentos deste debate que já fazem parte da história da historiografia, como as teses de Henri Pirenne e as polêmicas por elas despertadas já na primeira metade do século XX, o debate Dobb-Sweezy em meados do século XX, e a retomada deste debate que movimentou historiadores de língua inglesa nos anos 1970 do século XX sobre a transição do feudalismo para o período moderno. O debate também foi contrastado com um exemplo importante na historiografia francesa desta última época: as proposições de Georges Duby para este debate, e a concomitante crítica encaminhada por Perry Anderson. Outros autores franceses, como Pierre Chaunu e Philippe Wolff foram trazidos ao debate para mostrar aspectos adicionais que devem ser considerados, como as crises alimentarias, a peste negra e as questões demográficas. O debate sobre a transição do feudalismo para o período moderno – mesmo que

considerando somente a historiografia inglesa e francesa – é certamente muito mais extenso, envolvendo muito mais autores. No entanto, revisitar os clássicos é sempre proveitoso, e neste sentido o artigo fixa aqui os limites da sua contribuição.

Referências

Anderson, P. (1994). “A Crise Geral” in *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, p.191-202. [original: 1974].

Berthe, M. (1984). *Famines et Epidemies dans les Campagnes Navarres à la fin du Moyen Age*. Paris: Sfiéd, 2 vol.

Boutrouche, R. (1947). *Le crise d'une société : seigneus et paysans du Bordelais pendant la Guerra de Cent Ans*. Paris: Le Belles Lettres.

Brown, E. A. R. (1976). Henri Pirenne: a Biographical and Intellectual Study. *History and Theory*. 15, n°1, p.66-76.

Carpentier, E. (1962). *Une ville devant la peste. Orvieto et la peste noire*. Paris: De Broeck.

Chaunu, P. (1993). *O Tempo das Reformas (1250 – 1550) 1. A Crise da Cristandade*. Lisboa: Estampa [original: 1975].

Chaunu, P. (1973). *Expansão Européia – do século XIII ao XV*. São Paulo: Pioneira [original: 1969].

Cipolla, C. M. (1957). “L'economia milanese. I movimenti economici generali (1350-1500) » in *Storia di Milano*. Milão: Cipolla.

D'haenens, A. (1964). La crise des abbayes bénédictines au bas Moyen Age, Saint-Martin de Tournay, 1290-1350. In *Le Moyen Age*, 1959, n°23, p.451-452.

Dobb, Maurice. (1946). *Studies in the Development of Capitalism*. Londres: Intl Pub.

Dobb, M. (1975). Uma Réplica. *Science and Society*. Londres: spring, 1950. republicada em HILTON, Rodney (org.). *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.57-66. [original da coletânea: 1976].

Dobb, M. (1989). Um Comentário Suplementar. *Science and Society*. Londres: spring, 1953. republicada em HILTON, Rodney (org.). *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.97-100. [original da coletânea: 1976].

Duby, G. (1971). Les Sociétés Medievales: Une approche d'Ensemble. *Annales ESC*, jan.fev. p.11-12.

Duby, G. (1988). *La société aux XI et XII siècles dans la région mâconnaise*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales [1a edição : 1953].

Duby, G. (1978). A Mutação do século XIV. in *Economia Rural e Vida no Campo no Ocidente Medieval*. Lisboa: Estampa, p.157-184 [1a edição: 1968].

Favier, Jean. (2004). *Carlos Magno*. São Paulo: Estação da Liberdade.

Hill, C. (1989). Um Comentário, *Science and Society*. Londres: fall, 1953. republicada em Hilton, R. (org.). *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.119-122. [original da coletânea: 1976].

Hilton, R. H. (1951). Y eut-il une Crise Générale de la F odalit ?. *Annales ESC*, 6 (1), p.23-30.

Hilton, R. (1989). Um Comentário, *Science and Society*. Londres: fall, 1953. republicada em Hilton, Rodney (org.). *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.108-117. [original da coletânea: 1976].

Kosminsky, E.A. (1931). The Hundred Rolls of 1279–80 as a Source of English Agrarian History. *Economic History Review*, 3 (1), p.16–44.

Kosminsky., E. A. (1955). The Evolution of Feudal Rent in England from the 11th to the 15 th centuries. *Past Present* n  7, p.12-36.

Kosminsky, E.A. *Studies in the Agrarian History of England in the Thirteenth Century*. Oxford: Basil Blackwell, 1956.

Hilton, R. (1969). *The Decline of Seldom in Mediaeval England*, London: MacMillan.

Lucas, H. S. (1930). “The Great European Famine of 1315, 1316 e 1317” in *Speculum*, 5 (4):343-377.

Lutge, F. (1971). “The Fourteenth and Fifteenth centuries in Social and Economic History” in STRAUSS, G. *Pre-Reformation Germany*. Londres: MacMillan, p.349-350.

Postan, M. M. (1950). “Some economic evidence of Decline Population in the Later Middle Ages” in *Economic History Review*, n  3, p.238-240, 244-246.

Postan, M. M. (1975). *The Medieval Economy Society*, London: Penguin.

- Perroy, E. (1949). “Les Crises du XIV siècle” in *Annales ESC*, p.167-182.
- Pirenne, H. (1981). *Historia de Europa, desde las invasiones al siglo XVI*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Pirenne, H. (2013). *Maomé e Carlos Magno – o impacto do Islã sobre a civilização europeia*. Rio de Janeiro: Contraponto-PUC-RJ.
- Postan, M. M. (1939). *The Fifteenth Century*, in *Economic History Review*, vol. IX, p.160-167.
- Postan, M (org.) (1941). *The Cambridge Economic History of Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Procacci, G. (1989). Uma Sinopse do Debate, *Socità*, XI, Roma: 1955. republicada em Hilton, R. (org.). *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.129-142. [original da coletânea: 1976].
- Sweezy, P. (1989). “Uma Tréplica”, *Science and Society*. Londres: spring, 1953. republicada em HILTON, R. (org.). *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.101-107. [original da coletânea: 1976].
- Takahashi, K. (1989). “Uma Contribuição para o Debate”, *Science and Society*. Londres: fall, 1952. republicada em Hilton, Rodney (org.). *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.67-95. [original da coletânea: 1976].
- Takahashi, K. (1952). “The Transition from Feudalism to Capitalism” in *Science and Society*, XVI, nº 41, p.326-327.
- Van Bath, B. H. S. (1963). *The Agrarian History of Western Europe, A. D. 500-1850*. London: Edward Arnold.
- Wolff, Ph. (1988). *Outono da Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos?* São Paulo: Martins Fontes [original: Paris: Aubier, 1986].

Recebido: 07 de dezembro de 2020

Aprovado: 23 de abril de 2021